



Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas aplaude modo de aplicação do agravamento do IRS

21 Maio

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, Domingues Azevedo aplaudiu, esta sexta-feira, o modo como o Governo vai aplicar o agravamento do IRS.

Depois das dúvidas manifestadas quinta-feira, Domingues Azevedo entende que a solução encontrada para o IRS é a «melhor para os cidadãos». «Na minha opinião é a melhor solução para os cidadãos, para as empresas, para a própria filosofia em que assenta o imposto e naturalmente para a própria funcionalidade do sistema», disse o bastonário, em declarações à TSF. A sobretaxa de IRS faz parte do último pacote de medidas de austeridade anunciado pelo Governo, e irá aumentar em 1 ponto percentual de tributação em sede de IRS no caso dos rendimentos até ao terceiro escalão e 1,5 por cento a partir do quarto escalão. O agravamento deste imposto começará a valer já a partir do próximo mês de Junho

Técnicos oficiais de Contas consideram inviável antecipação da subida do IRC

20 Maio

Impossível. Os técnicos oficiais de contas dizem que não é viável a antecipação da subida do IRC para as grandes empresas já em Junho.

O primeiro-ministro anunciou, na quarta-feira, que o agravamento do IRS vai ser antecipado em um mês. Passa a valer já a partir de um de Junho e esta manhã, citando o gabinete de José Sócrates, o Diário Económico afirma que

essa antecipação também vai abranger a subida do IVA, assim como o aumento do IRC sobre os lucros das grandes empresas.

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de contas, em declarações à TSF, diz que no que toca às empresas não será possível antecipar a medida. Domingues de Azevedo garante que a decisão do Governo não tem pernas para andar e explica porquê.

«Nas empresas é praticamente impossível, porque a lei devia determinar que no dia 31 de Maio todas as empresas teriam que fazer um fecho de contas para determinar qual era a situação em termos de rendimentos até ao dia 31 de Maio e aí aplicar a taxa em vigor e assim supletivamente fazer um outro enquadramento tributário desde o dia 1 de Junho até 31 de Dezembro. No caso das empresas já não há tempo», afirma.

O acordo entre o Governo e o PSD previa que a subida dos impostos só acontecesse no segundo semestre do ano a partir de 1 de Julho, mas vai então ser antecipado em um mês, sendo que como escrevem hoje vários jornais a decisão visa agravar a tributação do IRS sobre os subsídios de férias dos funcionários públicos.